

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

A paternidade é uma definição cultural [Paternity is a cultural definition]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Almeida,Carla
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-01 09:46:16
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163099

“A paternidade é uma definição cultural”

Entrevista com Carla Almeida

Carla Cristina Lima de Almeida é professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ela foi entrevistada por e-mail pela revista IHU On-Line, contribuindo com suas idéias para a discussão levantada na matéria de capa da presente edição. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carla é mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, com a tese intitulada *Fechando com Chave de Ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares*.

IHU On-Line - Quais são as principais conclusões da sua tese *Fechando com Chave de Ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares*?

Carla Almeida – O encontro com a história de um casal me fez deparar com o cerne de meu trabalho. O parceiro adotava o preservativo como método preventivo, o que despertou meu interesse dada a baixa adesão desse dispositivo entre homens. O casal engravidou. Ela, grávida do quinto filho, numa situação econômica precaríssima, não era, contudo, o exemplo de uma pessoa sem informações ou acesso a tecnologias de anticoncepção. O que a levou a engravidar? Mais do que conhecer quais as práticas para evitar filhos que o casal efetivava, eu queria entender os sentidos dos filhos na dinâmica desta família. Logo percebi que tais significados estavam ligados a expectativas não apenas do casal, mas de suas redes familiares. Eu tinha, porém, de lidar ainda com opiniões correntes a respeito do aumento das famílias pobres e das implicações sociais deste fato. É difícil não se comover com

situações tão complexas que envolvem a reprodução nas classes empobrecidas e que nos levam a indagar, de modo justo, sobre a falta de informação e métodos eficazes para prevenção de gravidez que deveriam ser promovidos pelos programas sociais. No entanto, a questão que se apresenta, a meu ver, é: estas gestações – aos nossos olhos impraticáveis, inconcebíveis, inoportunas, improváveis, ou qualquer outro adjetivo semelhante que se queira dar – são indesejáveis? À tese da “ausência” de anticoncepção entre os pobres, pude contrapor os achados de alguns historiadores como McLaren²² e

²² Canadense radicado nos Estados Unidos, Ph.D. em Educação, Peter McLaren avalia que os norte-americanos domesticaram o discurso freiriano, falando ainda da necessidade de abolição da brancura. Para ele, foi o capitalismo que gerou o racismo. No Brasil, seus últimos livros publicados são: *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Artes Médicas, 1997 e *Multiculturalismo Revolucionário*. Artes Médicas, 1999. (Nota da IHU On-Line)

Flandrin²³, os quais revelam que práticas de evitar filhos sempre existiram e envolviam diversos expedientes próprios do contexto particular de cada época. E especialmente as mulheres das classes trabalhadoras sempre utilizaram mecanismos para limitar o nascimento dos filhos. O fenômeno da redução do tamanho da família parece ter sido mais drástico entre as classes superiores, não tanto porque os pobres não fossem numerosos, mas porque, para as elites, o controle dos nascimentos implicou uma remodelação da ideologia familiar.

A influência da rede de relacionamentos na anticoncepção

Assim, ainda que não se possa generalizar, as histórias que acompanhei mostram que experiências de pessoas próximas da rede de relacionamentos são modelares quando se trata de aderir a um método de anticoncepção. Amigos, vizinhos e familiares opinam, favorecem, desfavorecem as decisões e atitudes a serem tomadas. A mulher não está sozinha quando tem de evitar filhos. Tampouco se trata de um evento exclusivo ao par conjugal. E este é um problema que os discursos sobre responsabilidade masculina no planejamento familiar têm de enfrentar. Tomar os maridos como personagens centrais e únicos destas práticas é não reconhecer outros agentes que compõem as redes de relacionamentos das mulheres. Além de todos esses elementos que interferem na questão do acesso, divulgação e uso das práticas de planejamento familiar, pude identificar a importância dos significados da

²³ Autor do livro *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, ao lado de Massimo Montanari. (Nota da IHU On-Line)

paternidade e da maternidade nesse processo. Isso ganhou força na tese em que me vi impelida, prazerosamente, a revisitar o problema da definição biológica e social da paternidade e da maternidade em nossa cultura e tive de me debruçar sobre o modo de agir dos casais que se encontravam em divergências de interesses quanto ao projeto de ter filhos. Foi por isso que tomei de empréstimo a fala da mulher citada no início, que me disse eufórica o resultado da ultra-sonografia: “É uma menina! Para fechar com chave de ouro!”. Com essa frase, ela me dava o fio tênue que conduzia as decisões sobre a prática de evitar filhos. Nesse caso, o encerramento da vida reprodutiva do casal era uma opção que se articulava de um modo delicado à trama de seus relacionamentos familiares.

IHU On-Line - Em muitas sociedades, o fator biológico continua preponderante na admissão da paternidade. Entretanto, esse entendimento já não é mais unanimidade. Como isso se apresenta no Brasil? Carla Almeida – Nas entrevistas com os homens, pude perceber que a paternidade é um evento carregado de significados pessoais. Comparei isso à imagem de um interstício, tal como o momento da mudança na passagem de um dia, uma espécie de linha divisória que tem o efeito de afirmar seus lugares no mundo. Bourdieu²⁴ cunhou o conceito de ritos de instituição para exprimir a função social dos ritos de passagem. Para muitos deles, a paternidade exerce uma eficácia simbólica real sobre a representação que o grupo (familiar, amigos e outros) tem a respeito deles, assim como sobre a própria representação que eles possuem de si

²⁴ Pierre Bourdieu (1930-2002): sociólogo francês, interessado no estudo da realidade argelina, tomou como foco de suas pesquisas a sociedade cabila. (Nota da IHU On-Line)

mesmos. Ser pai agrega valores (honra, maturidade) e expectativas sociais (comportamentos) com relação às quais eles se sentem comprometidos de alguma forma. Ocorre que, em nossa cultura, a definição da paternidade está fortemente relacionada ao ato de engravidar uma mulher. Este é um contexto social e cultural que une funções de gerar crianças e cuidar delas em torno de um único homem. Só para efeito comparativo, na descrição clássica que Malinowski²⁵ faz dos costumes dos trobriandeses, por exemplo, a reprodução é dividida entre diferentes pares que desempenham funções específicas – mãe e irmão da mãe (par reprodutivo), mãe e marido (par sexual formativo) e mãe e espírito matrilinear (responsável pela concepção e substância do feto). Uma antropóloga inglesa, Marilyn Strathern²⁶ observou que é próprio

²⁵ Bronislaw Malinowski (1884-1942): antropólogo britânico, de origem polonesa. Tornou-se conhecido pelo estudo intensivo da cultura dos povos das ilhas Trobriand, no sudeste do Pacífico (Melanésia), e pelas suas contribuições às teorias da cultura humana. Esforçou-se por ligar os mitos aos fatos socioculturais. Malinowski lecionou na universidade de Londres durante muitos anos e na universidade de Yale de 1939 até sua morte. Escreveu *Argonautas do Pacífico Ocidental*, *A vida sexual de selvagens do noroeste da Melanésia* e *Jardins de coral e sua magia*. (Nota da IHU On-Line)

²⁶ Marilyn Strathern é titular da cátedra William Wyse de Antropologia Social da Universidade de Cambridge (Inglaterra), mistress de Girton College e ex-presidente da European Association of Social Anthropologists. Seus aportes à etnologia melanésia, aos estudos das relações de gênero, à teoria da troca e do parentesco e à antropologia da modernidade tardia fizeram escola e criaram polêmica. Marilyn Strathern, principal responsável pela renovação, a partir dos anos 1980, do programa teórico da antropologia britânica, é dona de um estilo analítico denso e original, em que as tradições antropológicas britânica e americana se fundem em uma síntese crítica catalisada pelo contradiscurso feminista. (Nota da IHU On-Line)

da cultura euro-americana tomar a reprodução como um fenômeno biológico que articula sexo, concepção e nascimento em torno de um único par relacional: o par marido e mulher. De tal modo que este modelo confunde relações biológicas e relações sociais, reconhecendo como pai o homem que gerou, e isso tem uma série de implicações jurídicas e sociais.

“Pai não é o que faz, é o que cria”

Olhando para os homens e casais que entrevistei, precisei indagar sobre como eles vivenciavam esses modelos sociais e culturais na sua experiência de paternidade. E pude concluir que a “obsessão” com a paternidade social e biológica emerge de modo muito variado e em diferentes circunstâncias para eles. Em muitos casos, até no nascimento do filho consanguíneo, meus entrevistados se vêem como pais de filhos que eles não geraram. A entrada em cena de filhos gerados nas uniões que passaram a contrair tende a acionar um tipo de compreensão da paternidade que confunde relações biológicas e sociais. O mais interessante é ver como cada membro da família elabora seus sentidos sobre o tema. Observei que muitas crianças envolvidas em relacionamentos com padrastos não parecem interessadas em reivindicar o genitor. Para eles, tanto faz se esse pai que gerou “assume” ou não sua paternidade, importa o relacionamento com o marido atual da mãe, este sim o “pai”. É preciso dizer que estou tratando de casos cujas famílias são compostas por crianças bem pequenas. Nesses casos, parece valer a máxima: “pai não é o que faz, é o que cria”. O problema surge quando se espera que estes lugares sejam ocupados por um único homem. As disjunções no vínculo entre parentesco e reprodução, que podem emergir no curso das experiências de vida,

são percebidas como necessitando de reparos. É isso que está na base dos conflitos nos relacionamentos entre pais e enteados e em tantas outras formas de exercício da parentalidade que escapam a este modelo. É nesse sentido que é problemático trabalhar com o modelo euro-americano de Strathern. Ele não dá conta do modo como as pessoas podem efetivar concepções tão díspares, como a que confunde pai e genitor e a que separa paternidade de geração numa mesma experiência. Todos esses arranjos, conflitos e rearranjos desencadeados nos casos que analisei ajudam a mostrar que a relação entre gerar e ser pai não é fixa e pode articular significações distintas para homens e mulheres dependendo das circunstâncias.

IHU On-Line - A forma de encarar a paternidade mudou ao longo da história da humanidade. Hoje, levando em consideração a conjuntura social, em permanente mutação, como entende o conceito de pai?

Carla Almeida – O modelo do pai provedor está cada vez mais abalado, embora não possa ser descartado de todo. É em torno dele que muitas das tensões e conflitos sociais, institucionais e pessoais podem ter explicação. Entretanto, cada vez mais, o pai deixa de ser visto como a figura econômica exclusiva e passa a ser reconhecido como instância afetiva e educacional com os filhos. O conceito de pai é, assim, cultural e estabelecido no jogo das relações sociais de cada época e lugar.

IHU On-Line - Antropologicamente, o conceito de pai apresenta diversas angulações. A senhora acredita que a sociedade moderna tem outro olhar sobre a questão do que antes da revolução feminina?

Carla Almeida – O feminismo foi fundamental para a reivindicação de novas formas de sociabilidade para mulheres e crianças. Isso repercutiu, sem dúvida, para a transformação das expectativas com relação ao desempenho masculino em diversas áreas. Entretanto, o feminismo emerge num contexto em que outras mudanças também aconteciam, como as econômicas e políticas. A sociedade deixou de oferecer determinados lugares para os homens – penso aqui no problema do emprego –, e, ao mesmo tempo, criou outros. As instituições – escola, família – também passaram por mudanças, de modo que o feminismo é parte fundamental de uma dinâmica que envolveu diferentes setores e atores sociais.

IHU On-Line - Qual é o papel do homem na decisão da reprodução humana? O que isso implica?

Carla Almeida – Na perspectiva advogada nas Conferências Internacionais de Cairo e Beijing, a participação masculina é valorizada como uma forma de divisão de responsabilidades reprodutivas. Estudos no campo da saúde pública têm enfatizado os ganhos em termos de saúde reprodutiva e sexual para as mulheres e também para os homens, quando os parceiros são envolvidos nas decisões e práticas reprodutivas. A questão, porém, torna-se complexa quando passamos a analisar as experiências cotidianas. Percebi que, em diferentes contextos, as mulheres podem reivindicar e, ao mesmo tempo, rejeitar a presença dos maridos em decisões reprodutivas. Elas sentem o peso de terem de arcar sozinhas com a atribuição de realizar a anticoncepção, principalmente quando estão em jogo problemas de saúde e condições de vida. Todavia, se situações como estas, por um lado, acionam queixas e discursos em prol da participação dos homens, por outro, o ônus da

anticoncepção pode vir a ser utilizado de modo favorável. Encontrei casos em que práticas de contracepção à revelia dos parceiros acarretavam margens significativas de poder nos relacionamentos conjugais. É claro que não estou falando de situações em que ocorre violência doméstica ou há impedimentos muito concretos para a ação das mulheres.

Mulheres dispõem de lugar dominante no evento reprodutivo

Do ponto de vista da posição de homens e mulheres no evento reprodutivo, as mulheres dispõem de um lugar dominante, já que, na condição de vivenciarem primeiramente os sinais da concepção, podem decidir sobre manter ou interromper a gravidez. São elas também que, em muitos casos, efetivam a anticoncepção, favorecendo margens de manobra para garantirem a procriação em momentos de indecisão ou reprovação dos parceiros. A condução desse processo, ainda que considerada por eles como algo que deva ser mesmo do campo feminino, acarreta um poder às mulheres que eles percebem como inerente ao lugar que elas ocupam biologicamente na reprodução. Termos usados por eles para descrever as práticas de anticoncepção evidenciam como se percebem nesse lugar: elas fazem, tomam; eles vêem se estão usando algum método, perguntam, lembram, ou seja, circundam as experiências. Diante disso, eles terminam por dimensionar atitudes no intuito de adquirir algum controle que, mesmo limitado, venha a garantir a eles recursos de poder junto às parceiras. Isso é bem precário porque está submetido ao modo como as parceiras constroem suas ações. Há preocupações – elas podem esconder a cartela, simular o consumo de comprimidos ou dizer que estão fora do

período fértil – que se traduzem na idéia de que elas podem “manobrar”. Por outro lado, a percepção de que a anticoncepção é uma prerrogativa feminina não impede que muitos casais articulem experiências compartilhadas no plano das decisões, da busca de recursos e do uso efetivo de tecnologias de prevenção masculinas. Isso é para mostrar de que modo o debate da participação masculina na reprodução é vivido de modo ambíguo pelas pessoas envolvidas e atravessado pelos contextos sociais e culturais, particularmente, pelo modo como experimentamos as relações de gênero.

IHU On-Line - Os métodos contraceptivos e o trabalho longe de casa ofereceram à mulher uma independência antes inexistente nos parâmetros de sociedade patriarcal. Quais as perspectivas de que isso continue a modificar as sociedades e o mundo masculino? Carla Almeida – As transformações no comportamento das mulheres foram importantes para a dinâmica da família e para o trabalho. Entretanto, tais mudanças são parte de um conjunto de alterações sociais e culturais. Por outro lado, é importante sinalizar que as chamadas conquistas femininas não estão livres de tensões, conflitos e ambigüidades, basta ver o dilema das mulheres contemporâneas para conciliar maternidade e trabalho. Não se trata de uma linha reta, culminando com novas formas de sociabilidade necessariamente melhores que as anteriores. O caso do modelo patriarcal é um bom exemplo. Se este foi um modo dominante na grande maioria das sociedades, em cada uma delas ganhou contornos particulares. Além disso, o modelo patriarcal não foi o único a ordenar os relacionamentos familiares na sociedade brasileira, convivendo com formas alternativas, ainda que subalternas, de

interações entre homens, mulheres e crianças. É nesse panorama social rico e complexo que as mudanças vão sendo gestadas.

IHU On-Line - Podemos afirmar que a paternidade é uma função que não é ligada, necessariamente, à sexualidade? Qual a explicação possível através dos olhares das diferentes áreas que estudou (ciências sociais, sociologia, antropologia e saúde pública)?
Carla Almeida – Esta é uma questão cada vez mais patente com as novas tecnologias reprodutivas. A possibilidade hoje de desarticular as diferentes etapas do processo reprodutivo – fecundação,

gestação e nascimento - coloca no centro do debate o problema da definição dos termos da relação com o bebê. Quem é o pai? Quem é a mãe? A polêmica do “nascimento virgem”, como ficou conhecida na Grã-Bretanha a situação de mulheres que queriam filhos, mas não queriam relações sexuais, ilustra bem essa disjunção entre paternidade e sexualidade. Isso vem corroborar a idéia de que a paternidade é, antes de tudo, uma definição cultural. Se isso acarreta mudanças para a interpretação teórica em diversas áreas, basta pensar no problema do parentesco para a Antropologia, implica enormes desafios nas práticas institucionais, jurídicas e éticas.